

MINAS E A ELEIÇÃO DAS “NOTABILIDADES DE ALDEIA”: A DISPUTA PELOS CÍRCULOS ELEITORAIS EM 1856.

Ana Paula Ribeiro Freitas

(Doutora em História Social – FFLCH/USP)

Minas Gerais; Eleições; Elites regionais.

Esta pesquisa analisou o impacto da reforma eleitoral de 1855 - conhecida como Lei dos Círculos - nas eleições gerais de 1856 em Minas Gerais, província com o maior número de representantes no Parlamento brasileiro. O estudo revelou que existia uma preocupação com a representação das minorias, o fim das grandes bancadas unânimes e a influência do governo nas eleições. A bancada mineira foi majoritariamente favoravelmente à reforma, mas a renovação, de fato ocorreu? A análise da composição da bancada mineira eleita em 1856 demonstrou que a renovação foi expressiva: do ponto de vista partidário, poucos conservadores foram reeleitos e quase metade da bancada eleita era liberal. Por outro lado, a análise da trajetória política dos deputados mineiros eleitos também revelou que foi grande o número de estreantes na Casa, ou seja, políticos com influência política apenas em suas localidades, apelidados de “tamanduás” ou “notabilidades de aldeia”. Mais da metade dos eleitos eram estreantes no cenário político nacional. Portanto, a pesquisa concluiu que as eleições de 1856 trouxeram renovação profunda no perfil representativo da bancada mineira no Parlamento brasileiro. A Lei dos Círculos permitiu a entrada de políticos mais conhecidos da localidade e mais comprometidos com os anseios de seu eleitorado, com a intensificação de demandas de conteúdo mais localistas. Exemplo disso foi a ampliação dos debates em torno de propostas emancipacionistas de regiões como o sul e o norte mineiros. Os resultados da nova legislação eleitoral assustaram a elite política imperial a tal ponto que, já em 1860, a lei foi novamente reformada com o alargamento dos círculos. Os círculos uninominais só vigorou em 1856.

1. Introdução.

Os debates parlamentares de 1855 resultaram na aprovação de uma importante reforma eleitoral que prometia modificar profundamente o perfil do representante eleito. A Lei dos Círculos foi a mais importante medida aprovada pelo Gabinete da Conciliação e seus debates foram marcados pela clivagem partidária e sérios embates. A leitura da discussão da reforma eleitoral de 1855 nos levou a questionar a suposta visão cristalizada sobre o período da Conciliação, como fase marcada pelo arrefecimento das paixões partidárias. Para além da clivagem partidária, os debates revelaram uma preocupação com uma mudança no perfil representativo do Parlamento brasileiro. A reforma de 1855 foi aprovada, apesar dos embates, e cabe a nós refletir sobre qual teria sido o impacto da reforma em sua aplicação nas eleições de 1856. Esta comunicação pretende analisar os impactos causados no perfil dos parlamentares da província mineira, província de notável peso político e econômico no Império, marcada pela atuação de importantes políticos liberais, mas recentemente representada majoritariamente por políticos conservadores no âmbito da Câmara dos Deputados e Senado. A Lei dos Círculos pretendia favorecer a representação das minorias e, como a bancada mineira eleita na legislatura anterior era unanimemente conservadora, resta-nos perguntar: os liberais teriam sido beneficiados com a reforma de 1855? E os conservadores conseguiram reeleger-se neste contexto de círculos uninominais? Os políticos de renome nacional conseguiram manter-se no poder ou perderam suas cadeiras para perfis localistas, como previa a lei e temiam seus adversários? E a adoção das incompatibilidades eleitorais conseguiu, de fato, frear a interferência do governo nas urnas? Este trabalho pretende refletir sobre todas estas indagações relacionadas aos resultados eleitorais da reforma de 1855 para a maior bancada do Império.

2. A bancada mineira e a renovação parlamentar.

Os debates parlamentares sobre a reforma eleitoral de 1855 revelaram uma preocupação com uma mudança do perfil dos representantes do Parlamento brasileiro. Os defensores da proposta que saiu vitoriosa alegavam que a reforma eleitoral traria uma notável renovação parlamentar. O presente artigo pretende analisar os resultados da primeira eleição em Minas regida pela Lei dos Círculos, com o intuito de compreender o seu significado para ambos os partidos imperiais em disputa nas urnas, bem como compreender se teria de fato ocorrido a tão conclamada renovação parlamentar – tanto

do ponto de vista partidário quanto ocupacional. Sendo assim, cabe a nós refletir sobre qual teria sido o alcance desta reforma eleitoral na décima legislatura (1857-1860), momento em que a lei foi testada na prática e quais as consequências para a província de Minas Gerais, um província de notável peso político e econômico no Império, marcada pela atuação de importantes políticos liberais durante a Regência, mas recentemente representada majoritariamente por conservadores na Política Nacional. Quais os impactos causados no perfil destes parlamentares? Os liberais foram beneficiados pela reforma eleitoral de 1855? Os conservadores conseguiram reeleger-se neste contexto de reforma no modo de se escolher os representantes provinciais? Os políticos de maior envergadura na política nacional continuaram a mostrar sua força nas eleições ou candidaturas de perfis localistas vingaram? As incompatibilidades frearam a interferência do governo nas urnas? Todas essas indagações são fundamentais neste trabalho que pretende refletir sobre os resultados eleitorais da Lei dos Círculos sobre a representação da maior bancada provincial do período em 1856.

Para alguns estudiosos que se detiveram a uma análise geral daquela eleição, a renovação parlamentar foi grande: cresceu muito o número de padres e médicos, lideranças locais, entre os novos deputados e apareceram mesmo alguns coronéis da Guarda Nacional.¹ A eleição de 1856 teria marcado também o início da queda acentuada do número de funcionários públicos na Câmara e o início do aumento de profissionais liberais. Segundo José Murilo de Carvalho, o número de funcionários públicos no legislativo passou a declinar sistematicamente e houve real progresso em distinguir as funções do governo, reduzindo assim, o peso do executivo na Câmara dos Deputados. O historiador afirmou que a presença de funcionários públicos na Câmara, que em 1850 era de 48%, na última legislatura pelo sistema de eleição indireta (1878-1881), reduzira-se a 8%. Mas isto não impedia que o governo continuasse a exercer influência e a eleger partidários seus.

Há uma escassez de estudos referentes às eleições nas províncias diante de reformas importantes como a reforma eleitoral de 1855. Uma exceção é o artigo publicado em 2011, por Suzana Cavani Rosas. A autora estudou o caso das eleições em Pernambuco e destacou a interferência do governo e conservadores nos resultados

¹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

eleitorais. Os conservadores pernambucanos levaram a melhor e elegeram nove representantes, muitos deles reeleitos. Já os praieiros elegeram apenas um candidato, num universo de dez círculos.²

Tal situação não ocorreu na província mais populosa do Império. A análise da composição da bancada mineira confirma, em muitos aspectos, as afirmações de José Murilo de Carvalho. As eleições de 1856 trouxe uma profunda renovação parlamentar, com a entrada de treze novos nomes em um universo de vinte deputados mineiros. Além disso, é notável a presença de nomes inéditos na Casa. A comparação entre a nona (1853-1856) e a décima (1857-1860) legislatura revelou que dentre os vinte deputados que, em sua maioria, votaram a favor da Lei dos Círculos em 1855, apenas sete deles conseguiram reeleger-se com a nova legislação, todos membros do partido conservador. Foram eles:

Quadro n. 3 Deputados Mineiros Reeitos (1857-1860).

Círculo e Cabeça de Círculo	Deputados
1º Ouro Preto	Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos
3º Sabará	Luiz Antônio Barbosa
5º Serro	Antônio Cândido da Cruz Machado
8º Montes Claros	Luiz Carlos da Fonseca
9º Paracatu	Bernardo Belizário Soares de Souza
11º Caldas	Agostinho José Ferreira Bretas
18º Leopoldina	Antônio José Monteiro de Barros

Os sete deputados reeleitos eram membros do partido conservador e conseguiram a vitória em círculos localizados nas diferentes regiões mineiras. No primeiro círculo eleitoral da província, que tinha Ouro Preto como cabeça de círculo, a disputa ficou entre nomes já conhecidos da bancada mineira. Dentre os cem eleitores que compareceram à votação, o deputado conservador Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos venceu por considerável margem de votos (61 votos) o seu colega de bancada, o comendador Manuel Teixeira de Souza, que teve trinta e nove votos. Outro conservador, Francisco de Paula Santos, também seu colega de bancada na nona legislatura, foi eleito suplente.³ Assim, no distrito que tinha a capital de Minas como

² ROSAS, Suzana Cavani. “A dança dos círculos: guabirus e liberais e a disputa pelos distritos eleitorais em 1856.” *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, p. 1-12, Jul., 2011.

³ Outros candidatos tiveram pouquíssimos votos. Foram eles: o deputado provincial Marçal José dos Santos, Major Lucas Antônio Monteiro de Castro, Tenente Coronel José Basílio da Gama Villas Boas; José Rodrigues Pombo, Dr. Francisco de Paula Pereira Lagoa, Barão de Suassuhy, Dr. José Ignácio

cabeça de círculo, a Lei de 1855 não trouxe novos nomes ao Parlamento, com a eleição de políticos já conhecidos no cenário provincial e nacional. Mas é importante destacar que estes políticos lançaram suas candidaturas no círculo eleitoral em que possuíam fortes relações políticas por serem naturais daquela localidade, sendo nomes de destaque na política ouro-pretana.⁴

Ainda na região central mineira, no círculo eleitoral de Sabará (3º), também foi reeleito um deputado da legislatura anterior: o deputado conservador Luiz Antônio Barbosa foi reeleito por pequena margem de votos (58 votos) em relação ao seu opositor, o deputado provincial Anastácio Symphrônio de Abreu (52 votos). O liberal Modestino Carlos da Rocha Franco foi eleito suplente.⁵ Além dos círculos de Ouro Preto e Sabará, na região central, os distritos eleitorais do Serro, Montes Claros e Paracatu, no norte mineiro, também elegeram nomes já conhecidos da Câmara dos Deputados. No distrito eleitoral do Serro (5º), o conservador Antônio Cândido da Cruz Machado foi eleito com oitenta e três votos, dos cento e vinte e quatro eleitores que compareceram, derrotando Bento Alves Gondim (39 votos). Simão da Cunha Pereira - cunhado de Cruz Machado - foi eleito seu suplente, vencendo o deputado provincial liberal Joaquim Ferreira Carneiro.⁶ A vitória de Cruz Machado foi atribuída pelo periódico liberal *A atualidade*, ao enorme poder que sua família detinha na cidade de Serro.⁷ Segundo o jornal, desde que Cruz Machado subiu ao poder, as eleições gerais, provinciais e municipais naquela cidade eram feitas “segundo seu bel-prazer”.⁸ O delegado de polícia da cidade do Serro era seu tio. Os cargos policiais em todo o município eram atribuídos a pessoas que se prestavam às exigências da família Cruz Machado. Além disso, a guarda nacional teria sido montada tendo em vista os interesses do poderoso político:

“Desde que se pôs em execução a lei dos círculos, o lugar de deputado geral, o de suplente, assim como os dois de deputados provinciais foram distribuídos entre os membros dessa família. Ao Sr. Cruz Machado coube em partilha a deputação geral, à seu concunhado Dr. Simão da Cunha a suplência e a deputação provincial. O Sr. Thomaz Teixeira de Gouvêa que também é ligado à família, teve o segundo lugar de deputado provincial. Por vontade do Sr. Cruz Machado, à ninguém era dado pretender um desses lugares que estavam distribuídos pelos membros da família. Quaisquer que fossem os títulos do candidato, de nada lhe valiam, se sua pretensão não fosse apoiada pelos senhores da situação.”⁹ [grifos meus.]

Nogueira Penido, Antônio Xavier da Silva e Cesário Augusto Gama. Este último era deputado provincial. Fonte: *Correio Oficial de Minas*, n. 6, Ouro Preto: Typographia Provincial, 26 de Janeiro de 1857. p. 1-4.

⁴ *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais para o ano de 1870*. p. 18, p. 29-30; *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1856*. p. 65.

⁵ *Correio Oficial de Minas*, n. 6, Ouro Preto: Typographia Provincial, 26 de Janeiro de 1857. p. 1-4; LIMA, Augusto de (Dir.). *Op. Cit.*, 1908. p. 306; p. 313-314.

⁶ *Correio Oficial de Minas*, n. 6, Ouro Preto: Typographia Provincial, 26 de Janeiro de 1857. p. 1-4.

⁷ *A Atualidade*, “Minas Gerais”, n. 65, Rio de Janeiro: Typographia Americana de J. S. de Pinho, Sábado, 7 de Janeiro de 1860. p. 2.

⁸ *Idem*. p. 2.

⁹ *Idem*. p. 2.

Apesar de tamanha influência nas eleições de 1856, o mesmo jornal noticiava que o candidato de Cruz Machado a deputado provincial, o vereador do Serro Thomaz Teixeira de Gouvêa, acabara de perder a eleição para o candidato do seu opositor, o liberal Barão de Diamantina, que teria apoiado a candidatura de Rabello.¹⁰ Ainda que o seu candidato à Assembleia Provincial tenha perdido a eleição, fato é que Cruz Machado conseguiu manter-se como deputado geral e sua influência no Serro teria sido a responsável pela sua vitória na vigência da Lei dos Círculos. Por fim, a sua vitória foi dupla, pois seu cunhado foi eleito suplente.

Em Paracatu (9º), o conservador Bernardo Belizário Soares de Sousa (90 votos) venceu a eleição para o liberal Bernardo de Mello Franco (77 votos).¹¹ Bernardo Belizário Soares de Souza nasceu em Paracatu, em 1799. Bernardo Belizário era irmão de José Antônio Soares de Souza, médico formado em Paris e pai do Visconde de Uruguai. Ou seja, Belizário era tio do Visconde de Uruguai. Formado em direito em Coimbra na década de 1820, Bernardo Belizário foi desembargador da Relação da Corte. Não atuou como deputado provincial. Na Câmara dos Deputados, foi o representante que mais exerceu mandatos, atuando em sete legislaturas ao longo das décadas de 1830, 1840 e 1850.¹² Já o liberal Bernardo de Mello Franco, natural de Paracatu, candidatou-se a deputado geral em 1856, mas não obteve sucesso.¹³

Como exposto, quase todos os candidatos que se reelegeram em 1856 se candidataram nos distritos eleitorais onde nasceram. Este foi o caso de Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, Luiz Antônio Barbosa, Antônio Cândido da Cruz Machado e Bernardo Belizário Soares de Souza, deputados eleitos respectivamente nos distritos de Ouro Preto, Sabará, Serro e Paracatu, no centro e norte da província. Em outros dois distritos eleitorais, Agostinho José Ferreira Bretas e Antônio José Monteiro de Barros conseguiram a reeleição em distritos eleitorais que haviam se estabelecido, embora não fossem originários daquelas localidades. No Sul de Minas, no distrito eleitoral de Caldas (11º), o médico e deputado geral conservador Agostinho José Ferreira Bretas obteve vitória com larga margem de votos (63 votos), derrotando Roque de Souza Dias (9 votos), Vicente Ferreira Carvalhais (2 votos), José Joaquim Fernandes de Paula (1 voto) e Cônego João Dias de Quadros Aranha (1 voto). O deputado provincial José Afonso Dias de Souza fora eleito suplente com grande margem de votos (62 votos).¹⁴

No distrito eleitoral de Leopoldina (18º), na Zona da Mata mineira, o deputado conservador Antônio José Monteiro de Barros venceu com enorme vantagem de votos (56 votos), o Barão de Aiuruoca – o liberal Custódio Ferreira Leite que teve onze votos, seguido do liberal Teófilo Ottoni (3 votos), Domiciniano Matheus Monteiros de Castro e o Comendador Manoel José Monteiro de Castro. Ambos tiveram um voto cada um. José Joaquim F. Monteiro de Barros foi eleito suplente com larga margem de votos (60

¹⁰ *Idem*. p. 2.

¹¹ *Correio Oficial de Minas*, n. 6, Ouro Preto: Typographia Provincial, 26 de Janeiro de 1857. p.1-4.

¹² *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais...*, 1864. p. 37-9.

¹³ XAVIER DA VEIGA, José Pedro (Dir.) *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1895. p. 54-95.

¹⁴ *Correio Oficial de Minas*, n. 6, Ouro Preto: Typographia Provincial, 26 de Janeiro de 1857. p. 1-4; XAVIER DA VEIGA, José Pedro (Dir.) *Op. Cit.*, 1895. p. 23-53; BARATA, Carlos Eduardo de Almeida e BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. vol. I, Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Ibero América Comunicações e Cultura S-C Ltda., 2000; TRINDADE, Cônego Raymundo Octávio da. *Velhos troncos ouro-pretanos*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda., 1951. p. 122; *Almanach Sul-mineiro para 1874 organizado, redigido e editado por Bernardo Saturnino da Veiga*, Campanha, Typographia do Monitor Sul-mineiro. 1874. p. 148-149; p. 362; p. 443-444.

votos).¹⁵ Antônio José Monteiro de Barros nasceu em Congonhas do Campo e era filho do Barão de Paraopeba. Seu pai foi coronel da Guarda Nacional, membro do segundo governo provisório de Minas (1823) e do Conselho de Governo (1825-29 e 1830-33), e foi vice-presidente de Minas em 1850. O Visconde de Congonhas possuía extensas fazendas em várias regiões de Minas. Antônio José Monteiro de Barros era também irmão da Viscondessa de Uberaba, casada com o senador José Cesário de Miranda Ribeiro, o Visconde de Uberaba. Em suma, a família Monteiro de Barros compreendia uma extensa rede formada por políticos influentes, homens de muito prestígio na Corte, detentores de títulos de nobreza e dos cargos mais elevados a nível nacional. Antônio José Monteiro de Barros herdou o capital político da sua família e logo estabeleceu-se na Zona da Mata. A partir de 1843, foi deputado geral em três legislaturas.¹⁶ O seu principal oponente, o liberal Custódio Ferreira Leite (barão de Aiuruoca), também não era natural de Leopoldina, mas era um dos maiores fazendeiros da região e residia em Mar de Espanha, também na Zona da Mata. O Barão de Aiuruoca era um dos principais produtores de café da Mata mineira e envolveu-se na prestação de serviços de infraestrutura à Coroa, como a construção da Estrada da Polícia, que ligava o Rio de Janeiro ao Sul de Minas e Vale do Paraíba fluminense e da abertura da estrada da Meia Pataca (Leopoldina) ao Porto Novo do Cunha (atual Além Paraíba), da estrada do Comércio, e administrado as estradas de Sapucaia e do Feijão Cru.¹⁷

Dentre os sete distritos eleitorais que reelegeram deputados da nona legislatura (1853-57), apenas o círculo de Montes Claros (8º) elegeu um candidato que aparentemente não tinha maiores vínculos com a região em que se candidatou. O médico e então deputado geral conservador Luiz Carlos da Fonseca (82 votos) derrotou todos os liberais que se candidataram naquele círculo. Foram eles: o cônego Antônio Gonçalves Chaves (66 votos) - liberal e deputado provincial, o padre Domingos Pereira de Oliveira (31 votos), Dr. Joaquim Felício dos Santos (2 votos) – liberal e deputado provincial, e o Conselheiro José Pedro Dias de Carvalho (1 voto) – liberal e suplente de deputado geral.¹⁸ Foi eleito suplente por aquele distrito, o também deputado geral e conservador Carlos José Versiani.¹⁹ Portanto, neste círculo, um candidato conservador sem registros de vínculos com a cidade, derrotou todas as lideranças liberais da localidade. O ouro-pretano Luiz Carlos da Fonseca era médico da Imperial Câmara, professor das Faculdades de Medicina e de Belas Artes do Rio de Janeiro e residia na

¹⁵ *Correio Oficial de Minas*, n. 6, Ouro Preto: Typographia Provincial, 26 de Janeiro de 1857. p. 1-4.

¹⁶ *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais...*, 1873. p. 30, p. 35; XAVIER DA VEIGA, José Pedro. *Op. Cit.*, 1998. (1. ed. 1897). p. 241-2; XAVIER DA VEIGA, José Pedro (Dir.) *Op. Cit.*, 1895. p. 23-53; BROTERO, Frederico de Barros. *A família Monteiro de Barros*. São Paulo: s/e, 1951; HORTA, Cid Rebelo. “Famílias Governamentais de Minas Gerais.” In: *I Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1956. p. 12; TRINDADE, Raymundo Octavio da (Cônego). *Breve Notícia dos Seminários de Mariana*. Mariana: Arquidiocese de Mariana, 1951; GENOVEZ, Patrícia Falco. *Nobreza e redes de poder na Zona da Mata*. Fronteiras, Dourados, MS, vol. 11, n. 19, jan./jun. 2009.

¹⁷ LIMA, Augusto de (Dir.). “O Barão D’Ayuruoca”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Anno XIV, 1909, Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1910. p. 429-437; SILVA, Manuel Francisco Dias da. *Diccionario biográfico de brasileiros celebres nas letras, artes, política... desde o ano 1500 até nossos dias*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1871. p. 33-34.

¹⁸ *Correio Oficial de Minas*, n. 6, Ouro Preto: Typographia Provincial, 26 de Janeiro de 1857. p. 1-4.

¹⁹ XAVIER DA VEIGA, José Pedro (Dir.) *Op. Cit.*, 1895. p. 54-95; CAMPOS, Carlos Carneiro de. (presidente) *Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou na abertura da Sessão ordinária de 1858 o conselheiro Carlos Carneiro de Campos, presidente da mesma província*. Ouro Preto: Typographia Provincial, 1858. (Anexo 5).

Corte. Foi deputado geral em seis legislaturas.²⁰ Luiz Carlos era estabelecido na Corte há décadas e possuía relações familiares apenas com a capital da província. Já o liberal Antônio Gonçalves Chaves era uma importante liderança local, natural de Minas Novas. Foi ordenado padre em 1834, tornando-se vigário de Montes Claros, e rapidamente se inseriu na política local, sendo eleito vereador de Montes Claros em 1836 e, por doze anos, foi presidente da Câmara de Montes Claros (1840-53). O cônego Chaves vivia em luta constante contra os conservadores locais, representados pelas famílias Veloso e Versiani. Participou do Movimento Liberal de 1842 e tornou-se deputado provincial a partir daquele ano, exercendo o mandato em três legislaturas ao longo da década de 1840.²¹

Em síntese, a eleição em Montes Claros representou o único círculo eleitoral mineiro em que um deputado conservador reconhecido nacionalmente e sem vínculos com a região, derrotou um candidato liberal com forte influência na localidade. A vitória de Luiz Carlos da Fonseca pode ser encarada como a grande exceção na eleição regida pela Lei dos Círculos em Minas Gerais. Luiz Carlos foi o único candidato mineiro a concorrer em um círculo que não tinha laços familiares e políticos com as elites locais, e ainda assim, conseguiu reeleger-se, derrotando o liberal Antônio Gonçalves Chaves.

Em síntese, alguns círculos eleitorais espalhados pelas diversas regiões mineiras - região central (Ouro Preto, Sabará), Zona da Mata (Leopoldina), Sul de Minas (Caldas) e Norte mineiro (Serro, Paracatu e Montes Claros das Formigas) - reelegeram deputados conservadores da bancada da nona legislatura (1853-1857). A maioria dos eleitos nestes sete distritos era natural ou residia no distrito em que se candidatou. A única exceção foi do distrito de Montes Claros, que elegeu um candidato que não era natural da região nem residia naquela localidade. Além destes deputados reeleitos, outros três tornaram-se suplentes dos distritos a que se candidataram.²² No entanto, é digno de destaque o fato de que apenas sete deputados conseguiram se reeleger. E destes sete, quase todos eram oriundos da 'cabeça do círculo' ou tinham fortes vínculos com as localidades em que se candidataram, de modo que é possível dizer que a Lei dos Círculos dificultou profundamente a vida daqueles políticos desconhecidos nas localidades mineiras, permitindo a entrada de políticos mais comprometidos com suas regiões, por serem lideranças que seus eleitores conheciam mais diretamente. Os deputados derrotados tiveram que voltar para suas antigas profissões ou, por sua influência na Corte, foram nomeados para cargos importantes do Império.

O número pequeno de deputados que conseguiram a reeleição surpreendeu aos contemporâneos que temiam pela ineficácia da Lei dos Círculos e a continuidade da ingerência do Estado nas eleições. O quadro abaixo revela os círculos eleitorais que trouxeram a renovação à bancada mineira na Câmara dos Deputados com nada menos do que oito liberais em sua nova composição:

²⁰ XAVIER DA VEIGA, José Pedro (Dir.) *Op. Cit.*, 1895. p. 23-53; LUSTOSA, Isabel. "Uma relação muito delicada. A correspondência da família imperial com a Condessa de Belmonte, suas filhas e neta." *Insight Inteligencia*, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 27, p.38-54, 2004; SETÚBAL, Paulo. "D. Mariana Carlota". In: *Ensaio Históricos*, 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983; *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1856*. p. 65.

²¹ FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Diversidade Econômica e Interesses Regionais: as políticas públicas do governo provincial mineiro*. São Paulo: USP, 2009. (Dissertação de Mestrado); PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. (Dissertação de Mestrado).

²² Foram eles: Francisco de Paula Santos (1º distrito), Antônio Gabriel de Paula Fonseca (7º distrito) e Carlos José Versiani (8º distrito).

Quadro n. 4 Círculos Mineiros que elegeram ‘estrepantes’ e filiação partidária (1857-1860).

Distrito	Deputados	Filiação Partidária
2º Pitangui	Francisco Álvares da Silva Campos	Liberal
4º Itabira	José Felicíssimo do Nascimento	Liberal
6º Diamantina	Pedro de Alcântara Machado	Liberal
7º Minas Novas	Antônio Joaquim César	Conservador
10º Uberaba	Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswick	Conservador
12º Pouso Alegre	João Dias Ferraz da Luz	
13º Baependi	Domingos Teodoro de Azevedo e Paiva	Liberal
14º Campanha	Antônio Filipe de Araújo	
15º Formiga	Francisco Cirilo Ribeiro e Sousa	Liberal
16º São João del Rey	João das Chagas de Andrade	Liberal
17º Barbacena	Pedro de Alcântara Cerqueira Leite	Liberal
19º Ubá	Francisco de Assis Athaide	Conservador
20º Mariana	Francisco de Paula da Silveira Lobo	Liberal

Em relação à renovação partidária, José Murilo de Carvalho considerou que o perfil partidário da Câmara mudou, com o aumento do número de membros do partido liberal, tendo sido eleito “*uns 23 liberais*” numa Câmara formada por 116 deputados.²³ Já o historiador Sérgio Buarque de Holanda contabilizou “*25 dos antigos luzias*” e destacou que a Câmara passara a ser composta por muitos deputados “*novatos, de tendências ainda mal pronunciadas*” e por antigos deputados que “*se achavam frequentemente divididos por despeitos e ressentimentos que agora vão subir à tona*”.²⁴ Mais recentemente, Suzana Cavani Rosas considerou que a Lei dos Círculos agradou os liberais pernambucanos, especialmente, por seu caráter descentralizador do poder, ao mesmo tempo em que trouxe insegurança aos conservadores pernambucanos, de tal modo que muitos deles hesitaram em acompanhar o governo na votação.²⁵ É importante destacar que, embora minoritária, a representação dos liberais na Câmara eleita pela Lei dos Círculos rompia com o padrão das ‘câmaras unânimes’ e, assim, cumpria o objetivo dos defensores do voto distrital. E embora os conservadores ainda tenham saído numericamente vitoriosos, era claro o sentimento de mal-estar diante da nova legislatura que se formara em 1856. E nesse sentido, Sérgio Buarque de Holanda arriscou uma hipótese aos planos de Paraná, quando apresentou a proposta de reforma eleitoral:

“Se Honório não queria uma grande maioria para o partido conservador que ele ajudou a formar e fortalecer, nada faz acreditar que tivesse desejado uma grande vitória luzia. Jogando uma cartada sumamente arriscada, o que pretendeu, e conseguiu, foi evitar a formação de uma Câmara unanimemente conservadora (ou unanimemente liberal), e isso lhe bastava.”²⁶

Se, de fato, foi esta a intenção de Paraná, não é possível saber. Fato é que, para o caso da província mineira, de um total de treze novos deputados, pelo menos oito pertenciam ao partido liberal, provenientes das eleições realizadas nos círculos eleitorais de Pitangui e Baependi no Sul de Minas, de Diamantina, no norte da província e nos distritos eleitorais de Itabira, São João del Rey, Barbacena e Mariana, na região central.

²³ CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.*, 2007. p. 4.

²⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de História do Império*. São Paulo: Cia das Letras, 2010. p. 59.

²⁵ ROSAS, Suzana Cavani. *Op. Cit.*, 2011.

²⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. Cit.*, 2010. p. 61.

As eleições de 1856 foram marcadas pela derrota de conservadores mineiros que pertenciam à bancada da nona legislatura como: Francisco de Paula Cândido e Firmino Rodrigues Silva (Ubá, Mata), Manuel Teixeira de Souza (Ouro Preto, Central), Joaquim Delfino Ribeiro da Luz (Baependi, Sul), José Agostinho Vieira de Mattos e Antônio Gabriel de Paula Fonseca (respectivamente em Diamantina e Minas Novas, Norte), dentre outros.

As eleições no círculo de Campanha (14º) foram uma das mais emblemáticas do Império, naquele ano. Ali, o próprio filho do marquês de Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão foi derrotado por um padre desconhecido nacionalmente, fato que surpreendeu a todos. O padre Antônio Filipe de Araújo acabou adquirindo notoriedade política pela surpreendente vitória diante do filho do notável estadista mineiro, cuja candidatura fora ostensivamente recomendada em circular firmada por todos os ministros que governavam ao tempo do pleito. Antes da eleição, em julho de 1856, o *Correio da Tarde* noticiou a fala do deputado Francisco, que teria feito censuras ao Marquês de Paraná, por ter emitido uma carta a uma influência política do município de Campanha, recomendando a candidatura de seu filho, recém-chegado da Europa e desconhecido nas terras mineiras:

“Recomenda o Sr. Marquês da candidatura de seu filho, que naquela data estava a chegar da Europa. O orador diz que essa carta suscita-lhe três observações capitais: (...) o Sr. Barão dedicado amigo como se diz o que é, do que a de seu filho, moço há pouco formado, e ainda não conhecido pelo que vale. Se a eleição de seu filho para deputado por Minas, e a de seu genro pelo Rio de Janeiro tanto atraem os seus esforços, não menos fará ele por seus amigos do peito. (...) serve isto de desenganar aos que ainda acreditavam na lealdade do governo, e na liberdade das eleições; porquanto montado oficialmente o país como se acha, desde que um homem de posição importante do sr. Presidente do conselho, e de vontade tão absoluta, interessa-se nas eleições, desaparece toda a liberdade do voto, porque há coação.”²⁷ [grifos meus.]

Apesar dos questionamentos feitos pelo deputado Francisco, para surpresa de todos, reunidos cento e dois eleitores no círculo de Campanha, Antônio Filipe de Araújo ganhou com considerável margem de votos (56), seguido de Honório Hermeto Carneiro Leão (36), o deputado provincial José Feliciano Dias de Gouvêa (6), Roque de Souza Dias (6) e Quintiliano José da Silva (2). Antônio Dias Ferraz da Luz foi eleito suplente com cinquenta e seis votos, derrotando José Feliciano Dias de Gouvêa, que obteve quarenta e quatro votos.²⁸ Contrariando todas as previsões, um padre desconhecido na política nacional conseguiu eleger-se e desbancar a ‘candidatura oficial’. Sua vitória se torna ainda mais impressionante se for considerado que, segundo Francisco de Paula Ferreira de Rezende, Antônio Felipe de Araújo teria enfrentado desde a oposição do Gabinete Caxias até os chefes locais dos dois partidos que se coligaram contra ele.²⁹

Antônio Felipe de Araújo nasceu na cidade de Campanha, filho do farmacêutico português estabelecido em Campanha, Miguel Lopes da Silva Araújo. Seu pai nunca se casou, mas o reconheceu em testamento como herdeiro universal. Antônio Felipe de Araújo não foi deputado provincial em Minas e apenas foi eleito como deputado geral

²⁷ *Correio da Tarde*, n. 178, “Câmaras Legislativas”, 1856. p. 2.

²⁸ *Correio Oficial de Minas*, n. 6, Ouro Preto: Typographia Provincial, 26 de Janeiro de 1857. p. 1-4.

²⁹ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. p. 306-312.

na décima legislatura (1857-60), embora nem tenha assumido o mandato, pois faleceu em 1857, antes da abertura das sessões. Antônio Felipe de Araújo era cônego desde o início da década de 1840.³⁰ Provavelmente, o deputado eleito tenha exercido algum cargo político na localidade e infelizmente não há maiores informações sobre este político, o que me leva a concordar com as palavras de Cid Rebello Horta a respeito do cônego Araújo:

“Se fosse vivo, ao executar-se a sua lei eleitoral, Paraná teria visto o seu filho derrotado na Campanha por um sacerdote que, no dizer de Ferreira de Rezende, era uma acabada notabilidade de aldeia. Paula Cândido, cientista famoso, preceptor e médico da família Imperial, seria derrotado por um rábula em Ubá. No distrito de Sabará, o Conselheiro Luiz Antônio Barbosa por pouco perderia o pleito para outro rábula.”³¹ [grifos meus.]

3. Conclusões.

Em síntese, o fato mais importante a se notar é que não menos que treze novos deputados mineiros conseguiram eleger-se como membros da Câmara dos Deputados. De um universo de vinte deputados, mais da metade dos eleitos deputados eram nomes novos no Parlamento. Uma renovação de 65% no perfil parlamentar. E de um universo de treze novos deputados, onze nunca haviam sido eleitos deputados gerais. Assim, mais da metade da bancada mineira passou a ser composta por políticos que estreavam no cenário político nacional.

Em relação à filiação partidária, apesar da maioria conservadora, diversos liberais foram eleitos, alguns há muito tempo afastados do legislativo. Em Minas Gerais, pelo menos oito liberais foram eleitos com a Lei dos Círculos, como se pode visualizar no quadro abaixo. Em relação à distribuição regional destes representantes, diversas regiões mineiras contribuíram com a eleição de candidatos liberais: dos cinco círculos do sul de Minas, dois elegeram liberais; já entre os cinco círculos do norte mineiro, um elegeu um liberal; a região central elegeu quatro liberais em seus seis distritos e dos dois distritos da região oeste, um distrito elegeu um liberal. Ainda é preciso atentar para o fato de que a chamada de alguns deputados para presidir províncias ou a nomeação no Senado, tornou possível a entrada de suplentes liberais. Não se pode perder de vista que, apenas no caso da bancada mineira, por exemplo, pelo menos três suplentes liberais tomaram assento nesta legislatura: Manoel de Mello Franco, José Pedro Dias de Carvalho e Pedro de Alcântara Machado. Nas demais províncias, tal fato também ocorreu, de modo que o número de liberais na Câmara aumentou com a entrada de suplentes. Em relação à eleição dos conservadores da bancada anterior, as regiões central e norte elegeram o maior número deles (o centro elegeu dois e o norte elegeu três deputados) e as regiões sul e oeste contribuíram com um deputado cada uma.

Em suma, a Lei dos Círculos permitiu o ingresso de grande número de novos deputados inexperientes, o principal temor dos adversários da lei. Grande parte de seus receios foram, portanto, confirmados. Entretanto, para os seus defensores, a nova lei

³⁰ *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais...*, 1864. p. 34; LEME, Luiz Gonzaga da Silva (1852-1919). *Genealogia Paulistana*, Vol. V, Tit. Toledos Pizas, 1903-1905. p. 445-485; *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1857*. p. 71.

³¹ HORTA, Cid Rebelo. *Op. Cit.*, 1956. p. 12.

contribuía para uma melhor representação política do Brasil, com a marca de uma relativa diversidade partidária, a partir da entrada de liberais. No caso da bancada mineira, oito deputados liberais em vinte é quase metade da bancada. Alguns médicos e padres entraram, mas o número de magistrados continuou alto na bancada mineira, sendo inclusive ampliado. Contudo, o mais importante é que lideranças locais conseguiram ingressar na Casa, fato que alterava o perfil da representação nacional.

O estudo do resultado das eleições de 1856 e do perfil dos candidatos eleitos reforçou a tese de que o impacto da Lei dos Círculos sobre o perfil dos parlamentares mineiros foi profundo, ao permitir a entrada de políticos mais conhecidos da localidade e, provavelmente, mais comprometidos com as aspirações do seu eleitorado.

4. Bibliografia e Fontes.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Diversidade Econômica e Interesses Regionais: as políticas públicas do governo provincial mineiro*. São Paulo: USP, 2009. (Dissertação de Mestrado).

GENOVEZ, Patrícia Falco. *Nobreza e redes de poder na Zona da Mata*. Fronteiras, Dourados, MS, vol. 11, n. 19, jan./jun. 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de História do Império*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

LUSTOSA, Isabel. "Uma relação muito delicada. A correspondência da família imperial com a Condessa de Belmonte, suas filhas e neta." *Insight Inteligencia*, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 27, p.38-54, 2004.

PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. (Dissertação de Mestrado).

ROSAS, Suzana Cavani. "A dança dos círculos: guabirus e liberais e a disputa pelos distritos eleitorais em 1856." *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, p. 1-12, Jul., 2011.

SETÚBAL, Paulo. "D. Mariana Carlota". In: *Ensaio Históricos*, 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

Fontes:

Anais da Câmara dos Deputados. 1855, 1856 e 1857.

Correio Oficial de Minas, n. 6, Ouro Preto: Typographia Provincial. 1856 e 1857.

Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais organizado e redigido por Antonio de Assis Martins e J. Marques de Oliveira. Ouro Preto: Tipografia do Minas Gerais. 1864; Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1870; Ouro Preto: Tipografia do Echo de Minas, 1873.

Almanach Sul-mineiro para 1874 organizado, redigido e editado por Bernardo Saturnino da Veiga, Campanha, Typographia do Monitor Sul-mineiro. 1874.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro, organizado e redigido por Eduardo Von Laemmert. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1855, 1856 e 1857.

A Atualidade, "Minas Gerais", n. 65, Rio de Janeiro: Typographia Americana de J. S. de Pinho, Sábado, 7 de Janeiro de 1860.

XAVIER DA VEIGA, José Pedro (Dir.) *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1895.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida e BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. vol. I, Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Ibero América Comunicações e Cultura S-C Ltda., 2000.

BROTERO, Frederico de Barros. *A família Monteiro de Barros*. São Paulo: s/e, 1951.

HORTA, Cid Rebelo. "Famílias Governamentais de Minas Gerais." In: *I Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1956.

TRINDADE, Raymundo Octavio da (Cônego). *Breve Notícia dos Seminários de Mariana*. Mariana: Arquidiocese de Mariana, 1951.

TRINDADE, Cônego Raymundo Octávio da. *Velhos troncos ouro-pretanos*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda., 1951.

LIMA, Augusto de (Dir.). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1910.

SILVA, Manuel Francisco Dias da. *Diccionario biográfico de brasileiros celebres nas letras, artes, política... desde o ano 1500 até nossos dias*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1871.

CAMPOS, Carlos Carneiro de. (presidente) *Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou na abertura da Sessão ordinária de 1858 o conselheiro Carlos Carneiro de Campos, presidente da mesma província*. Ouro Preto: Tipographia Provincial, 1858. (Anexo 5).

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. p. 306-312.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva (1852-1919). *Genealogia Paulistana*, Vol. V, Tit. Toledos Pizas, 1903-1905.